



# Relatório & Contas 2021

Consolidação combina comigo



## ÓRGÃOS SOCIAIS



Mesa da  
Assembleia Geral

**Presidente:** Raquel Helena Lopes Spencer Medina

**Vice-Presidente:** Zilmar Darilson Silva Lopes

**Primeiro-secretário:** Dulce Sofia Dupret Fonseca



Conselho de  
Administração

**Presidente:** Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

**Vice-Presidente:** Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

**Vogal:** António Carlos Moreira Semedo

**Vogal:** Célia Maria Barreto dos Santos

**Vogal:** Antão Miguel de Morais Lima Chantre

**Vogal:** Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

**Vogal:** Domingos Veiga Mendes



Conselho  
Fiscal

**Presidente:** Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes

**Vogal:** João Augusto Barros Pina

**Vogal:** Sandra Marisa Semedo Monteiro

**Suplente:** António Pedro Gomes Silva Barros Pina

## CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estimados Acionistas, Clientes e Parceiros,

A conjuntura externa em 2021 ficou marcada pelos sinais encorajadores de retoma económica, com o Produto Interno Bruto global a crescer 5,9% em 2021 e perspectiva de crescimento de 4,4% em 2022, um crescimento, contudo, revisto em baixa face às últimas previsões, em parte justificada pelos efeitos da variante Delta do Corona Vírus e pelas interrupções na cadeia de abastecimento. Contudo, mediante a guerra na Ucrânia e a escalada de preços dos commodities energéticos e não energéticos, o crescimento da economia mundial deverá ser revisto em baixa novamente.

Em 2021, assistiu-se a uma retoma de crescimento desigual, variando em função do país. No caso dos países em desenvolvimento de baixo rendimento, em particular, esta inflexão reflete o agravamento da dinâmica da pandemia, uma queda que, contudo, será parcialmente compensada por perspectivas mais fortes de curto prazo em alguns mercados emergentes exportadores de matérias-primas e economias em desenvolvimento.

No caso do mercado de trabalho dos principais parceiros de Cabo Verde verificou-se em 2021 melhorias, com as taxas de desemprego a atingirem valores mais baixos, tanto na Área do Euro como nos Estados Unidos e no Reino Unido. Tal facto, associado a solidariedade dos emigrantes cabo-verdianos, favoreceu o crescimento das remessas de emigrantes que cresceu 27,0%.

Registou-se um agravamento das pressões inflacionistas apresentadas pelos principais parceiros do país, após um período que já comportava alguma pressão provocada pelo "Mis match" entre a procura e a oferta nas áreas da indústria automóvel e das tecnologias, pelo aumento nos preços dos commodities, assim como pela utilização da poupança constituída durante o confinamento. As taxas de variação média anuais dos índices de preços ao consumidor da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido aumentaram, em 2021, para os 2,6, 4,7 e 2,6 %. Para 2022, com as tensões geopolíticas anteriormente existentes, acrescidas da invasão da Ucrânia pela Rússia e as pressões em cima dos preços das commodities, espera-se uma aceleração da inflação global, incluindo nos principais parceiros.

A nível nacional, verificou-se alguma recuperação da atividade económica após o choque externo sem precedentes ligado à paralisação do turismo internacional devida à pandemia da covid-19, com o encerramento total das principais unidades hoteleiras do país e das atividades associadas ao turismo, o PIB contraiu na ordem dos 14,8% em 2020. Em 2021 registaram-se sinais animadores de retoma, com o PIB a registar um crescimento de 7,0%, resultante do efeito base, tendo o governo aliviado algumas restrições à atividade económica.

Pese embora a captação das receitas fiscais continuar a um nível consideravelmente baixo, limitando severamente a capacidade de intervenção do Governo, este manteve um esforço considerável para contenção da propagação do vírus, assim como para a proteção das empresas e das famílias impactadas pela crise económica, mantendo o mecanismo de "layoff", concedendo facilidades fiscais como adiamento do pagamento das contribuições sociais e fiscais, etc.;

Persiste-se o elevado endividamento de alguns segmentos do setor empresarial, devido ao longo período de redução drástica das receitas durante a pandemia, agravado com a moratória e o financiamento da linha Covid-19

A taxa de inflação acelerou em 2021, contudo mantendo-se num nível baixo, atingindo uma taxa média anual de 1,9%, sendo o valor mais alto desde 2012, refletindo alguma pressão de demanda internamente e os efeitos do preço do petróleo no mercado internacional, tendo a inflação dos bens e serviços energéticos atingindo 9,1%.

O Banco Central conseguiu manter um nível confortável de reservas externas líquidas, importante instrumento de defesa do peg unilateral com o Euro, garantindo 7,9 meses de importação de bens e serviços.



## Relatório & Contas 2021

Consolidação combina comigo

A nível do sector bancário, mantiveram-se as medidas de política monetária e prudenciais de exceção, aprovadas em 2020 para fazer face aos impactos da crise económica causada pela pandemia da Covid-19, através do Aviso 4/2021, que aprova novas medidas de flexibilização prudencial e do Decreto-Lei 54/2021, que procede à quinta alteração do Dec. Lei 38/2020, de 31 de março, que estabelece medidas excepcionais, permitindo:

- A manutenção da redução de todas as taxas de referência do Mercado Monetário no âmbito das medidas de mitigação do impacto da crise desde 2019;
- A manutenção do instrumento novo de cedência de liquidez a longo prazo denominado Operação Monetária de Financiamento a Longo Prazo (OMF), ligado do valor da dívida pública detida por cada banco (colateral);
- A moratória nos contratos de créditos em carteira dos bancos até ao fim do ano, com sucessivas prorrogações (última alteração até 31 de março de 2022).

A Caixa continuou a sua aposta na transformação digital, tendo disponibilizado a facilidade de pedido de crédito online.

Os bancos comerciais da praça, persistiram na concorrência baseada no preço para a captação dos melhores clientes e das melhores operações de crédito, além da compra dos créditos habitação na carteira dos bancos concorrentes, o que vem exercendo uma pressão crescente sobre a margem financeira.

O sistema bancário continua com excesso de liquidez, sem alternativas rentáveis e sustentáveis de aplicação, embora em menor proporção.

Permaneceram ainda no balanço dos bancos, ativos improdutos e que já atingiram o prazo limite de permanência sem impacto nos fundos próprios.

O nível de crédito vencido no sistema bancário continua elevado, tendo-se registado um agravamento associado à crise económica e financeira provocada pela Covid-19, apesar das medidas de proteção implementadas pelo Governo.

Persistiu a instabilidade a nível das taxas ativas praticadas pelos bancos com tendência para a redução da taxa média das operações ativas e consequentemente da margem financeira.

O desempenho da Caixa no ano de 2021 esteve em linha com o dos anos anteriores, tendo registado algumas melhorias que contribuíram para o reforço da robustez dos seus indicadores.

O Ativo Líquido registou um decréscimo de 2,30% (1.838.007 contos) em relação a dezembro de 2020 atingindo 78.085.322 contos, explicado sobretudo pela diminuição de Aplicações em Instituições de Crédito.

Os Depósitos Totais, incluindo os Títulos da Dívida Pública, conheceram um decréscimo de 3,82% (-2.778.688 contos) atingindo 69.976.932 contos em dezembro de 2021, contra 72.755.621 contos em dezembro de 2020.

O Crédito Bruto a Clientes, incluindo as obrigações "corporate", registou um crescimento de 1,96% (+ 838.344 contos), atingindo 43.599.447 contos em dezembro de 2021 contra 42.761.103 contos em dezembro de 2020, refletindo o efeito do "write off" efetuado no valor de 1.777.012 contos.

O Crédito Total Líquido, incluindo as obrigações "corporate", a Dívida Pública, as despesas e juros vencidos, registou um crescimento de 5,46% (+2.702.313 contos), atingindo 52.228.102 contos em dezembro 2021, contra 49.525.789 contos em dezembro 2020.

O acompanhamento da carteira de crédito, a prevenção e a gestão do incumprimento, bem como a busca de soluções para os ativos recebidos em pagamento continuaram a merecer uma atenção reforçada da Administração da Caixa Económica, face às incertezas ainda existentes em relação à evolução da carteira de crédito após o fim oficial da moratória prevista para março de 2022.

Os indicadores da qualidade da carteira de crédito, registaram uma melhoria significativa em relação a 2020, tendo o rácio de crédito vencido evidenciado uma diminuição de 4,74 p.p., passando de 13,04% em 2020 para 8,30% em 2021, como resultado do "write off" (abate ao ativo) efetuado e dos continuados esforços de recuperação do crédito vencido.

O Resultado Líquido do Exercício atingiu o valor de 967.854 contos em dezembro de 2021 evidenciando um crescimento de 37,81% (+265.543 contos) em relação a 2020.

A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) em 2021 foi de 15,42%, evidenciando um aumento de 2,51p.p. em relação a 2020.

Os Capitais Próprios da Instituição atingiram 6.760.934 contos em 2021, contra 5.793.080 contos em 2020, evidenciando um aumento de 967.854 contos (+16,71%), explicado pelos Resultados Líquidos.

O Rácio de Solvabilidade registou um aumento de 2,44p.p. passando de 18,89%, em dezembro de 2020, para 21,33% em dezembro de 2021, nível confortavelmente superior ao mínimo regulamentar em vigor que é de 12% e que no âmbito das medidas de mitigação dos impactos da Covid-19, foi reduzido temporariamente para 10%, refletindo o reforço dos Fundos Próprios em 17,79% (980.375 contos), situando nos 6.491.871 contos.

O rácio de "Cost to income", medida de eficiência dos bancos, fixou-se em 49,31%, evidenciando uma degradação de 2,30p.p. em relação a 2020, explicado essencialmente pela diminuição do produto bancário em resultado da diminuição da margem financeira.

O Banco continua a enfrentar o desafio de encontrar oportunidades de crédito enquadráveis na sua Declaração de Apetite ao Risco para a aplicação da sua liquidez que continua a nível confortável, traduzido num rácio de liquidez geral de 30,94% no final do 2021, apesar da assinalável diminuição de 4,83p.p. registada em relação a 2020.

O empenho, a dedicação e a competência de todos os Colaboradores constituíram os fatores determinantes de diferenciação e da melhoria do desempenho da Caixa, fato pelo qual expressamos aqui o nosso apreço e reconhecimento.

A Caixa continuará empenhada em criar as condições técnicas, organizacionais e humanas necessárias para a melhoria contínua do seu funcionamento e do seu desempenho.

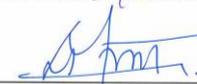
### O Conselho de Administração

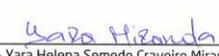
  
Presidente - Jaiilson da Conceição Teixeira de Oliveira

  
Vice-Presidente - Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

  
Vogal - António Carlos Moreira Semedo

  
Vogal - António Miguel de Mórals Lima Chantre

  
Vogal - Célia Maria Barreto dos Santos

  
Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

  
Vogal - Domingos Veiga Mendes



## QUADRO I - PRINCIPAIS INDICADORES

	Unidade	2021	2020	Variação 2021	
				Absoluta	%
<b>1. Dimensão</b>					
- Ativo Líquido	Contos	78 085 322	79 923 329	-1 838 007	-2,30%
- Recursos Próprios (Capital + Reservas + Resultado)	Contos	6 760 934	5 793 080	967 854	16,71%
- Crédito s/ Clientes (Bruto)	Contos	56 511 520	55 226 838	1 284 682	2,33%
- Crédito s/ Clientes (Líquido)	Contos	52 228 102	49 525 789	2 702 313	5,46%
- Recursos de Clientes	Contos	70 369 243	73 412 965	-3 043 722	-4,15%
- Trabalhadores Ativos		371	362	9	2,49%
- Agências e outras formas de Representação	Unid	37	37	0	0,00%
- Balcões	Unid	34	34	0	0,00%
- Delegações nos Correios	Unid	3	4	-1	-25,00%
- Caixas Automáticas ATM's ativas	Unid	42	42	0	0,00%
- POS	Unid	2 280	2 060	220	10,68%
<b>2. Rendibilidade</b>					
- Resultados Líquidos do Exercício	Contos	967 854	702 311	265 543	37,81%
- Cash Flow do Exercício	Contos	1 555 166	1 720 546	-165 380	-9,61%
- ROA (Resultado Líquido/Ativo Líquido Médio)	%	1,23	0,89	0,34	
- ROE (Resultado Líquido/Capitais Próprios Médios)	%	15,42	12,91	2,51	
<b>3. Prudenciais</b>					
- Fundos Próprios (Aviso 3/2007)	Contos	6 491 871	5 511 496	980 375	17,79%
- Rácio de Solvabilidade (Aviso 4/2007)	%	21,33	18,89	2,44	
- Rácio do Imobilizado Líquido (F.Próprios/Imobilizado Líq.)	%	306,89	257,06	49,83	
- Rácio Transformação (Crédito/Depósitos_ótica Liquidez)	%	77,42	65,93	11,50	
- Conversão Depósitos de Clientes em Crédito c/Títulos	%	80,74	76,28	4,46	
- Liquidez Geral	%	30,94	35,77	-4,83	
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	%	8,30	13,04	-4,75	
- Imparidades Crédito Vencido/Créd Vencido (s/Títulos)	%	116,75	102,42	14,34	
- Imparidades Crédito Vencido/Créd Vencido (c/Títulos)	%	123,89	107,00	16,90	
- Qualidade Crédito (Circular Série "A" nº195 de 20181221)	%	5,69	9,36	-3,66	
- Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	%	10,28	10,31	-0,03	
- Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	%	14,79	13,58	1,21	
<b>4. Funcionamento</b>					
- Custos Operativos/Produto Bancário (cost to income)	%	49,31	47,01	2,30	
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	Contos	8 300	8 710	-410	-4,70%
- Margem Complementar/Custo Com Pessoal	%	29,41	25,40	4,01	
- Cash Flow/ Nº Médio Trabalhadores	Contos	4 243	4 793	-549	-11,46%
- Cash Flow/ Recursos Próprios médio	%	24,78	31,62	-6,84	
- Cash Flow/ Ativo Líquido Médio	%	1,97	2,18	-0,21	

## Estrutura Accionista

Entidade	N Ações	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657.200,00	47,21%
Estado de Cabo Verde	381.904,00	27,44%
Correios de Cabo Verde	210.749,00	15,14%
Outros Subscritores e Trabalhadores	142.147,00	10,21%
TOTAL	1.392.000,00	100,00%



## Relatório & Contas 2021

Consolidação combina comigo

### 1. ATIVIDADE DA CAIXA

A atividade bancária da Caixa está centrada na Banca de Retalho com oferta de produtos e serviços financeiros para os Particulares e Empresas. A nível de produtos, destacamos produtos poupança como Conta Poupança Caixanet, Conta Especial Emigrante, Continha da Caixa e Gestão Integrada de Tesouraria e os produtos de crédito como o Crédito pessoal (Credicaixa), Habitação, Investimento, Tesouraria, Microcrédito, Cartões de Crédito, entres outros. A nível de serviços destacamos, o Private Banking, os terminais de pagamento (POS), cartões Vinti4 e Visa, intermediação financeira, garantias bancárias, Western Union, entres outros.

#### 1.2. ÁREAS DE NEGÓCIO

##### Depósitos

Em dezembro de 2021, em termos globais, a carteira de depósitos da Caixa, incluindo os títulos e os depósitos de instituições de crédito, totalizava o valor de 69.976.932 contos, registando uma redução de 3,82% (2.778.688 contos) face a 2020.

A carteira de depósitos considerando os segmentos de clientes por residência apresentou a seguinte evolução:

- A carteira do segmento **residentes** (inclui os depósitos de particulares e empresas), com um peso de 68,82% no valor de 48.154.731 contos, apresenta uma redução em 7,54% em termos globais. Destaque-se negativamente o decréscimo em 10,79% nos Depósitos a Ordem no valor de 3.636.116 contos e positivamente o crescimento nas poupanças dos residentes em 1,73%, totalizando uma carteira de 18.078.133 contos;
- Quanto ao segmento **emigrantes**, a carteira de depósitos cresceu 5,56% (1.150.311 contos), com um peso relevante de 31,18% e o valor da carteira perfaz 21.822.201 contos, em linha com a evolução positiva das remessas dos emigrantes no país. Neste segmento, os depósitos à ordem revelaram um incremento de 17,81% e os depósitos a prazo em 2,28%.

#### Carteira de Depósitos Por Segmento de Residência (contos)

Designação	dez-21		dez-20		Variação 2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Residentes</b>	<b>48 154 731</b>	<b>68,82%</b>	<b>52 083 731</b>	<b>71,59%</b>	<b>-3 929 000</b>	<b>-7,54%</b>
Depósito à Ordem	30 076 598	42,98%	33 712 714	46,34%	-3 636 116	-10,79%
Depósito a Prazo	18 078 133	25,83%	17 771 017	24,43%	307 116	1,73%
Bilhetes Tesouro	0	0,00%	600 000	0,82%	-600 000	-100,00%
<b>Emigrantes</b>	<b>21 822 201</b>	<b>31,18%</b>	<b>20 671 890</b>	<b>28,41%</b>	<b>1 150 311</b>	<b>5,56%</b>
Depósito à Ordem	5 145 083	7,35%	4 367 266	6,00%	777 817	17,81%
Depósito a Prazo	16 677 118	23,83%	16 304 623	22,41%	372 494	2,28%
<b>Depósitos Totais</b>	<b>69 976 932</b>	<b>100,00%</b>	<b>72 755 621</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2 778 688</b>	<b>-3,82%</b>

1) inclui, Depósitos de clientes e Instituições de crédito, Títulos do Mercado Secundário. Não inclui, Outros Recursos e Juros.

Em 2021, o segmento dos particulares, continuava com um maior peso na carteira de depósitos da Caixa, 66%. Quanto as empresas, apresentavam um peso de 34%, com redução face a 2020, onde detinham um peso de 40%.

Noutra perspetiva, a carteira de depósitos por segmentos de clientes apresentou o seguinte perfil:

- A carteira de depósitos dos particulares aumentou em 5,81% (2.537.090 contos) em 2021, totalizando o valor de 46.188.112 contos;
- Quanto as empresas, apresentaram uma queda relevante nos depósitos em 18,26% (5.315.779 contos), com uma carteira de 23.788.820 contos.

#### Carteira de Depósitos Por Segmento de Clientes Particulares e Empresas (contos)

Depósitos	dez-21		dez-20		Variação 2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Particulares</b>	<b>46 188 112</b>	<b>66,00%</b>	<b>43 651 022</b>	<b>60,00%</b>	<b>2 537 090</b>	<b>5,81%</b>
<b>Empresas</b>	<b>23 788 820</b>	<b>34,00%</b>	<b>29 104 599</b>	<b>40,00%</b>	<b>-5 315 779</b>	<b>-18,26%</b>
<b>Total</b>	<b>69 976 932</b>	<b>100,00%</b>	<b>72 755 621</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2 778 688</b>	<b>-3,82%</b>

##### Créditos

A atividade creditícia da Caixa em 2021, considerando o crédito bruto, que inclui os títulos empresas e que exclui os títulos do tesouro e as despesas de crédito vencido e juros, apresentou uma evolução positiva, com um crescimento de apenas 1,96% (838.344 contos), tendo em conta o impacto dos **créditos abatidos ao ativo em novembro de 2021** limitou o crescimento, registando a carteira em final de dezembro o valor de 43.599.447 contos. Os créditos abatidos ao ativo perfizeram o valor de 1.777.269 contos, distribuídos por empresas no valor de 1.373.189 contos e por particulares no valor de 404.079 contos.

Relativamente ao peso dos segmentos de clientes no crédito, contrariamente aos depósitos, as empresas detêm um maior peso, no valor de 50,26%, registando um crescimento no peso comparativamente ao valor de 49,04% em 2020. Quanto as particulares, reduziram o seu peso face a 2020, com um valor de 49,74%.

O peso dos créditos por finalidade também constitui um importante fator para caracterização da carteira de crédito, revelando o gráfico abaixo que, o crédito habitação e o crédito ao investimento ainda continuam a representar a maior fatia da carteira, com 34,24% e 39,69%, respetivamente. Em comparação ao ano passado, o peso dos créditos habitação e investimento reduziram, bem como do crédito particular para outros fins. Revertendo esta tendência, temos o crédito tesouraria empresas que aumentou o peso de 8,05% para 10,57% em 2021.



- A carteira de créditos das empresas totalizou o valor de 21.912.715 contos, com um crescimento de 4,51% (944.674 contos), sendo o valor de 17.304.949 contos correspondente ao crédito investimento incluindo títulos corporate e 4.607.766 ao crédito tesouraria. Destaca-se o crescimento do crédito tesouraria em 33,88% (1.165.935 contos), embora com peso reduzido na carteira e crédito investimento reduziu ligeiramente, em 1,26%;
- A carteira de créditos dos particulares totalizou o valor de 21.686.732 contos, apresentando-se menos dinâmico do que carteira das empresas. Registrou um decréscimo de apenas 0,49% em termos globais, embora tenha mantido o crescimento no negócio do crédito habitação, em 1,85% (271.535 contos). O crédito particular para outros fins reduziu

expressivamente em 5,30% (377.866 contos);

- Para a evolução positiva da carteira de crédito em 2021, contribuiu o impacto das medidas excepcionais de apoio e proteção das famílias e empresas, decretadas pelo Governo para mitigar os efeitos económicos negativos decorrentes da pandemia da Covid-19, nomeadamente as Linha com Garantia do Estado como **Linha de Crédito PróGarante** e a renovação das moratórias no serviço da dívida;
- Relativamente ao impacto da moratória na carteira de crédito, os juros capitalizados atingiram 372.266 contos em dezembro de 2021, representando 44,40% do crescimento da carteira;

### Carteira de Crédito Bruto Por Tipo de Crédito (contos)

Créditos	dez-21		dez-20		Variação 2021		
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa	
<b>Particulares</b>	<b>21 686 732</b>	<b>49,74%</b>	<b>21 793 062</b>	<b>50,96%</b>	<b>-106 331</b>	<b>-0,49%</b>	<b>-12,68%</b>
Habitação	14 930 130	34,24%	14 658 595	34,28%	271 535	1,85%	32,39%
Outros Fins	6 756 602	15,50%	7 134 468	16,68%	-377 866	-5,30%	-45,07%
<b>Empresas</b>	<b>21 912 715</b>	<b>50,26%</b>	<b>20 968 041</b>	<b>49,04%</b>	<b>944 674</b>	<b>4,51%</b>	<b>112,68%</b>
Investimento	17 304 949	39,69%	17 526 210	40,99%	-221 261	-1,26%	-26,39%
Tesouraria	4 607 766	10,57%	3 441 831	8,05%	1 165 935	33,88%	139,08%
<b>Total Créditos</b>	<b>43 599 447</b>	<b>100,00%</b>	<b>42 761 103</b>	<b>100,00%</b>	<b>838 344</b>	<b>1,96%</b>	<b>100,00%</b>

### Crédito Normal, Vencido e Moratórias

Neste ponto destacamos a evolução dos créditos em situação normal e vencido, e apresentamos a situação das moratórias de crédito ativas em dezembro de 2021, com exclusão da Dívida Pública, dos Juros a Receber, Despesas de crédito, Receitas e Custos diferido e Títulos Corporate.

Analisando a distribuição do **crédito em situação normal** por prazo, constatamos que em 2021 o **crédito de médio e longo prazo** (superior a 1 ano)

continuava a representar uma maior fatia, com peso de 96,54% e totalizando o valor de 36.757.128 contos, com um crescimento de 11,80% (3.880.568 contos). Por sua vez, o **crédito normal de curto prazo** reduziu o seu peso para 3,46%, comparativamente ao peso de 7,22% em 2020, totalizando o valor de 1.316.003 contos. Em termos globais o crédito em situação normal, apresentou um crescimento de 7,45% (2.638.429 contos), somando o valor de 38.073.130 contos.

### Evolução de Crédito Normal Por Prazos (contos)

Crédito	dez-21		dez-20		Variação 2021	
	valor	%	valor	%	Absoluta	Relativa
Curto Prazo	1 316 003	3,46%	2 558 142	7,22%	-1 242 139	-48,56%
Médio e Longo Prazo	36 757 128	96,54%	32 876 560	92,78%	3 880 568	11,80%
<b>Total Créditos</b>	<b>38 073 130</b>	<b>100,00%</b>	<b>35 434 701</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 638 429</b>	<b>7,45%</b>

Relativamente ao **crédito vencido**, em dezembro de 2021 totalizou o valor de 3.444.013 contos, com um decréscimo considerável de 35,20% (1.870.888 contos). O segmento de particulares é o que tem maior peso na carteira de crédito vencido, como indica o quadro abaixo. Conforme ressaltado acima, essa redução deve-se em grande parte aos créditos abatidos ao ativo em novembro

de 2021. O Crédito vencido nas empresas totalizou o valor de 974.994 contos e nos particulares o valor de 2.469.019 contos.

O segmento que apresentou uma maior melhoria no crédito vencido foram as empresas, com uma redução de 58,49%. Quanto aos particulares, este reduziu em apenas 16,76%.



## Evolução de Crédito Vencido Por Segmento de Clientes (contos)

Créditos	dez-21				dez-20			
	Normal	Vencido	Total	% Vencido	Normal	Vencido	Total	% Vencido
<b>Particulares</b>	<b>19 217 713</b>	<b>2 469 019</b>	<b>21 686 732</b>	<b>11,38%</b>	<b>18 827 030</b>	<b>2 966 033</b>	<b>21 793 062</b>	<b>13,61%</b>
Habitação	13 239 663	1 690 467	14 930 130	11,32%	12 879 120	1 779 408	14 658 528	12,14%
Outros Fins	5 978 050	778 552	6 756 602	11,52%	5 947 910	1 186 624	7 134 534	16,63%
<b>Empresas</b>	<b>18 855 417</b>	<b>974 994</b>	<b>19 830 412</b>	<b>4,92%</b>	<b>16 607 672</b>	<b>2 348 868</b>	<b>18 956 540</b>	<b>12,39%</b>
Investimento	14 560 691	661 955	15 222 646	4,35%	13 959 579	1 555 130	15 514 709	10,02%
Tesouraria	4 294 727	313 039	4 607 766	6,79%	2 648 093	793 738	3 441 831	23,06%
<b>Total Créditos</b>	<b>38 073 130</b>	<b>3 444 013</b>	<b>41 517 143</b>	<b>8,30%</b>	<b>35 434 701</b>	<b>5 314 901</b>	<b>40 749 602</b>	<b>13,04%</b>

2) Carteira de crédito não titulado. Não inclui, Dívida Pública e Corporate, Juros a Receber, Despesas de crédito, Receitas e Custos diferido;

Relativamente à carteira de moratórias de crédito concedidas ao abrigo do Decreto-Lei nº 38/2020 de 31 de março e respetivas alterações, que definiram os critérios de elegibilidade dos clientes para beneficiarem da moratória Covid-19, em 2021 totalizavam 660 créditos ativos, com uma redução face a dezembro de 2020, que contava com 840 créditos. A 31 de dezembro 2021, as moratórias ativas ascendiam a 6.301.752 contos, correspondendo a 15,2%

da carteira de crédito não titulado da Caixa a 31 de dezembro 2021. Da carteira de moratórias ativas constavam 138 créditos de médio longo prazo no segmento das empresas, no valor de 5.324.138 contos e 522 créditos no segmento particulares, sendo 122 créditos habitação e 400 para outros fins, somando o valor total de 977.614 contos.

## Moratórias Ativas de Créditos por Segmento (DLei)

Crédito	Nº Créditos	Saldo dez-21	Juros Capitalizados em 2021	Juros Capitalizados Acumulados
<b>Empresas</b>	<b>138</b>	<b>5 324 138 374</b>	<b>280 535 459</b>	<b>606 904 049</b>
Curto Prazo	0	0	0	0
M/Lprazo	138	5 324 138 374	280 535 459	606 904 049
Entidades Públicas	19	1 131 011 965	49 851 673	102 707 103
Outras Empresas	119	4 193 126 409	230 683 786	504 196 946
<b>Particulares</b>	<b>522</b>	<b>977 613 995</b>	<b>64 120 560</b>	<b>144 554 056</b>
Habitação	122	509 536 600	31 576 851	70 506 850
Outros Fins	400	468 077 396	32 543 709	74 047 206
<b>Carteira Moratórias Ativas</b>	<b>660</b>	<b>6 301 752 370</b>	<b>344 656 019</b>	<b>751 458 105</b>



Por sua vez, avaliando as moratórias ativas por stage conclui-se que em 31 de dezembro cerca de 91% se encontrava no Stage 3, não obstante estarem em

situação normal por via das moratórias. Tal facto deve-se ao tratamento dado pelo modelo de imparidades às múltiplas reestruturações.

### Moratórias Ativas de Créditos por Stage (Dlei)

Crédito	Nº Créditos	Saldo dez-21	Juros Capitalizados em 2021	Juros Capitalizados Acumulados
<b>Empresas</b>	<b>138</b>	<b>5 324 138 374</b>	<b>280 535 459</b>	<b>606 904 049</b>
Stage 1	16	1 106 934 158	48 680 796	100 411 929
Stage 2	7	840 359 656	43 134 370	45 212 798
Stage 3	115	3 376 844 561	188 720 293	461 279 322
<b>Particulares</b>	<b>522</b>	<b>977 613 995</b>	<b>64 120 560</b>	<b>144 554 056</b>
Stage 2	37	197 807 007	11 854 420	28 135 309
Stage 3	485	779 806 988	52 266 140	116 418 747
<b>Carteira Moratórias Ativas</b>	<b>660</b>	<b>6 301 752 370</b>	<b>344 656 019</b>	<b>751 458 105</b>

## 2. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O desempenho da Caixa no ano de 2021 esteve em linha com o dos anos anteriores, tendo registado algumas melhorias que contribuíram para o reforço da robustez dos seus indicadores.

### 2.1 Resultados

#### Produto Bancário

O Resultado Líquido do Exercício ascendeu a 967.854 contos, mais 265.543 contos comparativamente ao montante conseguido em 2020, o que representa um acréscimo de 37,81%. Esta evolução é grandemente explicada pela redução do reforço de imparidades, atendendo o nível satisfatório da cobertura do risco de crédito por imparidades.

A Margem Financeira, principal componente do Produto Bancário com um peso de 91,70%, situou-se nos 2.789.763 contos, com um decréscimo 124.290 contos (4,27%) face ao ano anterior, explicado pela redução dos Juros e Rendimentos Similares, com destaque para os juros de carteira de crédito, titulado e não titulado, que diminuíram 153.986 contos (4,15%), na medida que os Juros e Encargos Similares registaram um decréscimo de 65.725 contos (5,50%).

Na sequência, o Produto Bancário registou uma evolução negativa de 2,71% (84.784 contos), em relação a 2020, tendo atingido os 3.042.124 contos em dezembro de 2021, parcialmente compensada pela da Margem Complementar que cresceu 18,56% (39.506 contos), em relação ao período homólogo, totalizando 252.360 contos.

Esta evolução deveu-se sobretudo ao aumento dos Resultados em Operações Financeiras no valor de 50.153 contos explicado essencialmente pelas operações em USD, fortemente impactadas em 2020 pela pandemia de COVID-19.

#### Custos Operativos

Os Gastos Administrativos que englobam os Gastos Gerais Administrativos e Custos Com Pessoal, aumentaram 1,67% (22.679 contos), totalizando 1.378.712 contos, absorvendo assim 45,32% do Produto Bancário. Esta evolução é explicada quer pelo aumento dos Gastos Gerais Administrativos em 0,52% (2.668 contos), em grande medida devido ao acréscimo de algumas rubricas destacando-se os Encargos com ATM, Seguros e Impressos e Consumíveis, entre outras, como pelos Gastos com Pessoal que evidenciaram um agravamento de 2,39% (20.011 contos), situando-se nos 858.168 contos, decorrente essencialmente do aumento da remuneração dos empregados, na sequência de recrutamentos e aumento salarial. As Amortizações, por sua vez, também aumentaram 6,42% (7.321 contos), situando nos 121.322 contos.

Em consequência, os Custos Operativos aumentaram 2,04% (30.000 contos), resultando numa degradação do Cost to Income que registou mais 2,30p.p. comparativamente ao ano anterior, situando-se nos 49,31%.

#### Provisões e Imparidades Líquidas

As Provisões e Imparidades Líquidas do exercício totalizaram 465.990 contos, menos 438.244 contos (48,47%) face 2020, na medida que atingimos um nível satisfatório de cobertura de crédito por imparidades de 116,75%.

Os Resultados das Participações em Empresas Associadas, ainda que de forma pouco expressiva, contribuíram positivamente para o Resultado Líquido do exercício ao registarem 19.820 contos, mais 11.528 contos (139,03%) em relação 2020.

A diminuição dos juros e rendimentos similares e o aumento dos gastos operativos conduziram a uma redução do Cash Flow do Exercício na ordem dos 165.380 contos (9,61%), fixando-se nos 1.555.166 contos.



## Evolução dos Resultados (contos)

RUBRICAS	2021	2020	Variação 2021	
	Valor	Valor	Absoluta	Relativa
Juros e rendimentos similares	3 919 028	4 109 044	-190 015	-4,62%
Juros e encargos similares	1 129 265	1 194 991	-65 725	-5,50%
<b>Margem Financeira</b>	<b>2 789 763</b>	<b>2 914 053</b>	<b>-124 290</b>	<b>-4,27%</b>
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	95 451	100 752	-5 301	-5,26%
Resultados em operações financeiras	87 983	37 830	50 153	132,58%
Resultados de alienação de ativos	3 975	11 124	-7 149	-64,26%
Outros resultados de exploração	64 951	63 149	1 803	2,85%
<b>Margem Complementar</b>	<b>252 360</b>	<b>212 854</b>	<b>39 506</b>	<b>18,56%</b>
<b>Produto Bancário</b>	<b>3 042 124</b>	<b>3 126 908</b>	<b>-84 784</b>	<b>-2,71%</b>
Gastos com Pessoal	858 168	838 157	20 011	2,39%
Gastos Gerais				
Administrativos	520 544	517 876	2 668	0,52%
Gastos Administrativos	1 378 712	1 356 033	22 679	1,67%
Amortizações	121 322	114 000	7 321	6,42%
Total Custos Operativos	1 500 034	1 470 033	30 000	2,04%
Provisões e Imparidade (liq.)	465 990	904 234	-438 244	-48,47%
<b>Resultado de Exploração</b>	<b>1 076 100</b>	<b>752 640</b>	<b>323 460</b>	<b>42,98%</b>
Resultados em Empresas Associadas	19 961	8 292	11 669	140,73%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 096 061</b>	<b>760 932</b>	<b>335 129</b>	<b>44,04%</b>
Impostos correntes	128 206	84 097	44 109	52,45%
Impostos diferidos	0	-25 476	25 476	-100,00%
Imposto sobre lucros	128 206	58 621	69 586	118,71%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>967 854</b>	<b>702 311</b>	<b>265 543</b>	<b>37,81%</b>
- Cash Flow do Exercício	1 555 166	1 720 546	-165 380	-9,61%

## 2.2 Balanço

### Ativo Líquido

O **Ativo Líquido** registou um decréscimo de 2,30% (1.838.007 contos) em relação a dezembro de 2020 atingindo 78.085.322 contos, explicado sobretudo pela diminuição de Aplicações em Instituições de Crédito em 47,25% (8.777,514 contos) situando nos 9.800.223 contos.

O **Crédito Total Líquido**, representando 66,6% do ativo líquido, por sua vez, registou um assinalável crescimento de 5,46% (2.702.313 contos), atingindo 52.228.102 contos em dezembro 2021, contra 49.525.789 contos em dezembro 2020.

As **Imparidades de Créditos** situaram nos 4.283.418 contos, menos 1.417.631 contos do valor acumulado em 2020, em grande medida devido ao “write off” efetuado no montante de 1.777.012 contos, e porque se encontravam quase 100% coberto por imparidades não impactaram o crédito líquido. Com objetivo de elevar o nível de cobertura, num cenário de maiores riscos decorrentes da crise da COVID-19, foram registadas imparidades líquidas do exercício no montante de 423.655 contos.

Os **Outros Ativos** que incorpora os bens recebidos em recuperação de crédito próprio (60%) e as Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde (30%), registaram uma redução de 6,67% (123.274 contos), em grande medida justificada pelos devedores por bonificações a receber que diminuiram 76.213 contos e outras operações por regularizar 147.113 contos.

### Passivo e Capitais Próprio

Igualmente, o **Passivo** registou uma evolução desfavorável de 3,79% (2.805.861 contos) em relação a 2020, situando nos 71.324.388 contos, justificado pelo significativo decréscimo dos Recursos de Clientes.

Os **Recursos de Clientes e Empréstimos**, representando 98,7% do Passivo, alcançaram o montante de 70.369.243 contos, registando uma redução de 4,15% (3.043.722 contos), na sequência de mobilização de recursos decorrente do contexto adverso, embora na sua maioria de um cliente bem identificado.

Por sua vez, os **Recursos de Outras Instituições de Crédito** no valor de 252.539 contos, registou um aumento de 180,36% (162.462 contos) face ao período homólogo, na sua maioria derivado da constituição de Depósitos à Prazo;

Os **Capitais Próprios** aumentaram em 16,71% correspondente a 967.854 contos derivados da evolução do Resultado Líquido do exercício.

## 2.3 Indicadores Económicos, Financeiros e Prudenciais

### Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Os principais indicadores de rendibilidade refletem em certa medida o desempenho da Caixa em 2021, nomeadamente, a Rendibilidade do Ativo (ROA) passou de 0,89%, em 2020, para 1,23%, em 2021 (+0,34p.p.) e a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) atingiu 15,42%, em 2021, contra 12,91%, em 2020, (+2,51p.p.).

Por sua vez, rácio *Cost to Income*, indicador da eficiência da instituição, degradou em 2021, tendo passado de 47,01% para 49,31%, em consequência do aumento dos Custos Operativos em 2,04% (30.000 contos), enquanto o Produto Bancário decresceu 2,71% (84.784 contos).

A Produtividade dos colaboradores, medida pelo rácio Produto Bancário/ N° médio de colaboradores ativos, registou uma evolução negativa, passando de 8.710 contos para 8.300 contos, explicado sobretudo pelo decréscimo do Produto Bancário, por um lado, e por outro aumento do n° de trabalhadores.



## Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2021	2020	Variação 2021	
			Absoluta	Relativa
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	15,42	12,91	2,51	
Resultado do Exercício/ Ativo Líquido Médio (ROA) (%)	1,23	0,89	0,34	
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	24,78	31,62	-6,84	
Cash Flow do Exercício/ Ativo Líquido Médio (%)	1,97	2,18	-0,21	
Margem Complementar/Custo Com Pessoal (%)	29,41	25,40	4,01	
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income) (%)	49,31	47,01	2,30	
Produto Bancário/ N° Médio Trabalhadores (contos)	8 300	8 710	-410	-4,70%
Cash Flow do Exercício/ N° Médio Trabalhadores (contos)	4 243	4 793	-549	-11,46%

## Rácios Prudenciais

No que respeita à solidez e à sustentabilidade financeira, a Caixa tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios a situar acima dos mínimos exigidos, mesmo enfrentando os impactos da crise da COVID-19.

Os Fundos Próprios da instituição atingiram 6.491.871 contos, em 2021, exibindo um acréscimo de 980.375 contos (17,79%) comparativamente ao período homólogo, explicado sobretudo, pelo Resultado Líquido que rondou os 967.854 contos.

O Rácio de Solvabilidade situou-se nos 21,33%, em dezembro de 2021, ressaltando uma margem de 9,33p.p. sobre o mínimo exigido de 12%, evidenciando um acréscimo assinalável em relação a dezembro de 2020 quando alcançou 18,89%, não obstante, decorrente das medidas excepcionais para atenuar os efeitos da Covid-19 na economia nacional e no sistema financeiro, BCV decidiu reduzir, até 31 de dezembro de 2021, o mínimo estabelecido para 10%. O Rácio de Cobertura de Imobilizado, por sua vez, alcançou 306,89%, situando-se igualmente acima do limite mínimo definido (100%).

## Rácios Prudenciais

Rácios Prudenciais	2021	2020	Variação 2021	
			Absoluta	Relativa
Fundos Próprios (contos)	6 491 871	5 511 496	980 375	17,79%
Rácio de Solvabilidade (%)	21,33	18,89	2,44	
Rácio Fundos Próprios/Imobilizado Líquido (%)	306,89	257,06	49,83	

## Qualidade de Crédito

Em 2021, a qualidade da carteira de crédito evidenciou uma melhoria do rácio Crédito Vencido/Crédito total de 4,75p.p., tendo diminuído de 13,04% para 8,30%, em grande medida justificado pelo abate de créditos vencidos, bem como, pelas moratórias aprovadas no quadro das medidas excepcionais da COVID-19,

que de certa forma favoreceram o aumento da carteira, por via da capitalização dos juros.

A cobertura de Crédito e Juros vencidos por Imparidade registou melhoria tendo o rácio passado de 101,73% para 115,74%, em 2020, e de 106,29% para 122,82% ao considerarmos os títulos.



## Créditos vencidos, Imparidade e rácios de créditos vencidos

Créditos e Juros vencidos	2021	2020	Variação 2021	
			Absoluta	Relativa
Créditos e Juros vencidos*	3 474 260	5 350 503	-1 876 242	-35,07%
Imparidade para Créditos e Juros vencidos**	4 020 957	5 443 262	-1 422 305	-26,13%
Créditos vencidos / Crédito Total	8,30%	13,04%	-4,75%	
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total***	7,96%	12,50%	-4,54%	
Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	10,28%	10,31%	-0,03%	
Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	14,79%	13,58%	1,21%	
Imparidade Créditos e Juros venc/Créditos e Juros venc	115,74%	101,73%	14,00%	

\*não inclui as despesas vencidas

\*\* não inclui imparidade para títulos

\*\*\* Títulos Corporate incluídos

## Provisões e Imparidade

As Provisões e Imparidades Líquidas do Exercício, que em 2020 somaram 904.234 contos, atingiram 465.990 contos em 2021, registando uma

expressiva redução de 438.244 contos (48,47%), explicado pela diminuição do reforço das imparidades da carteira de crédito em 446.456 contos (51,31%) na sequência do abate de créditos vencidos no montante de 1.777.269 contos, quase 100% cobertas.

## Provisões e Imparidades Líquidas

Provisões e Imparidade Líquidas	2021		2020		Variação	
	valor	%	valor	%	Absoluta	Relativa
Crédito a Clientes	423 655	90,92%	870 111	96,23%	-446 456	-51,31%
Imóveis	42 000	9,01%	0	0,00%	42 000	-
Diversos	335	0,07%	34 123	3,77%	-33 788	-99,02%
<b>Total</b>	<b>465 990</b>	<b>100,00%</b>	<b>904 234</b>	<b>100,00%</b>	<b>-438 244</b>	<b>-48,47%</b>

## 3. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando:

- i) que o Resultado Líquido do exercício de 2021 ascendeu ao valor de **967.854.272\$00**;
- ii) que a Instituição se encontra cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da política de dividendos como sinal para o mercado;

iii) a necessidade de o Banco manter um nível de Fundos Próprios adequado para fazer face às necessidades de capital resultantes do seu plano de expansão de negócio, das novas exigências regulamentares em termos de Rácio de Solvabilidade e suportar o eventual impacto dos ativos recebidos em pagamento;

iv) O impacto espectável da crise económica sem precedente, causada pela pandemia do Covid-19 e agravado pelos efeitos da guerra na Ucrânia,

v) os indicadores económicos e financeiros do Banco;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta afetação dos resultados

Reservas Obrigatórias (10%)	96.785.427\$00
Resultados Transitados (40%)	386.652.845\$00
Dividendos (348\$00 por ação)	484.416.000\$00

**Total** **967.854.272\$00**



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

### Relatório da Atividade do Conselho Fiscal

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dos Estatutos e dos Normativos do Banco de Cabo Verde, cumpre ao Conselho Fiscal emitir o relatório sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e dar parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as Demonstrações Financeiras da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos possível e adequada, a evolução da atividade da Caixa, nomeadamente:

(i) tomámos conhecimento das principais decisões do Conselho de Administração, lavradas em atas de reuniões desse órgão, com vista a garantir a observância da lei e dos estatutos;

(ii) verificámos a razoabilidade dos registos e documentação contabilística relevante numa base regular, com especial atenção para o processo de cálculo de imparidade e impacto da pandemia de COVID-19;

(iii) verificámos o cumprimento das obrigações fiscais e parafiscais; (iv) analisámos o processo de controlo orçamental e de execução do plano de atividades; (v) procedemos a uma análise de alto nível da razoabilidade e eficácia do sistema de controlo interno relevante; (vi) analisámos os relatórios emitidos pelo Gabinete de Auditoria Interna e Gabinete de Função Compliance;

(vii) participámos da reunião do Conselho de Administração que apreciou o Relatório e Contas referente ao exercício de 2021;

(viii) analisámos a troca de correspondência com o Banco de Cabo Verde no âmbito do processo de supervisão;

(ix) acompanhamos os trabalhos realizados pelos auditores externos;

(x) verificámos a independência dos auditores externos;

(xi) em resultado de encontros com a Comissão Executiva, Direção Financeira e Internacional, Direção de Gestão de Riscos, Direção de Informática, Comunicação e Segurança, Gabinete de Função Compliance, Gabinete de Auditoria Interna e com os auditores externos, obtivemos todos os esclarecimentos que entendemos necessários e relevantes.

### Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Não obstante o contexto económico sensível, constatámos um desempenho animador da Caixa em 2021, destacando-se:

(i) um resultado líquido de 967.854 milhares de escudos positivos em 2021, um aumento significativo de 38% face a 2020, influenciado sobretudo pela redução do reforço das imparidades do crédito. O nível de cobertura do risco de crédito por imparidades continua, no entanto, a ser considerado satisfatório;

(ii) diminuição da Margem Financeira e do Produto Bancário face a 2020 de 4% e 3%, respetivamente;

(iii) ligeiras reduções do Ativo Líquido e dos Depósitos face a dezembro de 2020;

(iv) Diminuição da liquidez geral, mantendo-se, entretanto, a um nível confortável;

(v) ligeira deterioração do indicador cost to income (custos operativos / produto bancário) que aumentou de 47% para 49%;

(vi) melhoria dos principais rácios prudenciais, nomeadamente os Fundos Próprios que registaram um aumento de 18%, comparativamente ao ano de 2020 e a Solvabilidade que aumentou de 19% para 21%.

Entendemos, no entanto, que a incerteza quanto ao impacto da pandemia, e mais recentemente, quanto à evolução da inflação em virtude das tensões geopolíticas e instabilidade na Europa, mantém-se significativas e continuam a merecer especial atenção e acompanhamento.

Apreciámos ainda o relatório de auditoria emitido pelos auditores externos, Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., com o qual concordamos. Verificámos que apresenta duas matérias relevantes de auditoria relativas à (a) Imparidade para Crédito de clientes que devido à materialidade e ao grau de subjetividade e complexidade dessa estimativa (complexidade dos modelos e o facto de requerer o tratamento de um volume significativo de dados cuja disponibilidade e qualidade podem ser condicionadas) e (b) valorização dos imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito que é baseado em metodologias que requerem a utilização de pressupostos e julgamentos.

No desenvolvimento da nossa função fiscalizadora, verificámos que:

(i) as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

(ii) as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados são adequados;

(iii) o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Caixa, evidenciando os aspetos mais significativos;

(iv) a proposta de aplicação de resultados encontra-se em conformidade com as disposições legais e estatutárias, bem como as recomendações da autoridade de supervisão.

Entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressar o nosso parecer sobre os documentos a serem apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral. Nestes termos, somos do parecer que:

(i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;

(ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

(iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

Cidade da Praia, 8 de junho de 2022

O Presidente do Conselho Fiscal

  
 Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes

O Vogal do Conselho Fiscal

  
 João Augusto Barros de Pina

A Vogal do Conselho Fiscal

  
 Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares

**Relatório & Contas 2021**  
Consolidação combina comigo



Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sucursal em Cabo Verde  
Edifício Santa Maria - Complexo Atlântico  
Apartamento 305 - 3º andar  
Avenida Cidade de Lisboa  
Praia - Santiago  
Tel: + 238 3561351

**Relatório do Auditor Independente**

**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (a "Caixa"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 78.085.322 milhares de escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 6.760.934 milhares de CVE, incluindo um resultado líquido de 967.854 milhares CVE), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes da Caixa de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumpriremos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

**1. Imparidade para crédito a clientes**

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Caixa tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 4.283.418 milhares de CVE, representando 8% do valor do crédito.</p> <p>O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2, 9 e 18).</p> <p>A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão da Caixa sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2021. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas da Caixa na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão.</p> <p>Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas.</p> <p>Adicionalmente, os efeitos da pandemia COVID-19 poderão não estar totalmente ultrapassados, nem integralmente materializados, sendo ainda incerta a sua extensão total. A pandemia diminuiu a previsibilidade da evolução da economia, pelo que a determinação dos cenários e ponderações usadas para calcular a perda esperada da carteira de crédito a clientes é mais incerta, aumentando o julgamento inerente à identificação de devedores com aumento significativo do risco de crédito. Neste contexto, o registro da imparidade de crédito deve ponderar os potenciais impactos na qualidade dos ativos.</p> <p>Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ entendimento, avaliação do desenho e teste à eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes;</li> <li>▶ testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade;</li> <li>▶ seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas da Caixa para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados. Apreciamos os julgamentos considerados para refletir os impactos da pandemia COVID-19 em devedores ou sectores individuais;</li> <li>▶ através do envolvimento dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se:             <ul style="list-style-type: none"> <li>i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada;</li> <li>ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada;</li> <li>iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD);</li> <li>iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; e</li> <li>v) o teste por amostragem à classificação das operações nos stages 1, 2 e 3; e</li> <li>vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais resultantes das moratórias e apreciação do processo de gestão associado a esses ajustamentos.</li> </ul> </li> <li>▶ análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.</li> </ul>

**2. Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito**

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a imparidade acumulada registada para os imóveis recebidos por recuperação de crédito, registados na rubrica de Outros Ativos, ascende a 804.640 milhares de CVE, representando 53% do valor daqueles ativos (Nota 15). Estas perdas por imparidade são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2).</p> <p>Periodicamente, a Caixa solicita a peritos avaliadores externos, registados no Banco Central de Cabo Verde ("BCV"), avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzido de custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor do balanço, são registadas perdas por imparidade.</p> <p>A avaliação dos imóveis considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia da Caixa para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.</p> <p>Devido à pandemia Covid-19, a incerteza sobre a estimativa do justo valor aumentou devido (i) às transações de referência de ativos semelhantes e comparáveis, (ii) aos prazos para concluir os ativos imobiliários em construção, (iii) aos fluxos de caixa decorrentes de bens arrendados, (iv) às taxas de desconto consideradas, (v) à capacidade de arrendar ativos desocupados e (vi) ao risco de prémio exigido por potenciais investidores.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o facto do uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria sobre a imparidade de imóveis recebidos por recuperação de crédito incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de mensuração dos imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido;</li> <li>▶ testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em "Outros ativos", comparando-o com o período homólogo e com a expectativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e alterações dos pressupostos e metodologias;</li> <li>▶ para uma amostra de imóveis, apreciação da razoabilidade da metodologia e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos e confirmação do seu registo no BCV. Para estes imóveis, analisámos, quando aplicável, contratos promessa de compra e venda ou ofertas vinculativas recebidas e certidões de teor da conservatória do registo predial; e</li> <li>▶ análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.</li> </ul>



Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.  
Relatório do Auditor Independente  
31 de dezembro de 2021

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Caixa de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Caixa se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar a Caixa ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Caixa.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Caixa;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Caixa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Caixa descontinue as suas atividades; e
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumpriremos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

**OUTRA INFORMAÇÃO**

**Sobre o relatório de gestão**

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

7 de junho de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sucursal em Cabo Verde  
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto**  
Num. de identificação: 8108533023  
Data: 2022.06.07 20:09:01 GMT Daylight Time



Ana Salcedas  
Diretora Geral



Filipe Brás  
Partner